

## **NOTAS SOBRE O DIA PARLAMENTAR INTERNACIONAL DO DIA DOS OCEANOS**

*"Proteger os pescadores, empoderar as comunidades pesqueiras e proteger o direito à alimentação." Será dada especial atenção às práticas e comunidades de pesca sustentáveis de pequena escala em Moçambique.*

**Por: Catarina Mário Dimande**

Primeiro, quero agradecer o convite que me foi formulado pela **Parliamentarians for Global Action**. É uma grande honra estar aqui a representar Moçambique neste painel.

E quero agradecer, de forma especial, aos organizadores pelo facto de terem incluído Moçambique como parte dessa reflexão, e de forma particular a Província de Cabo Delgado.

Aqueles pescadores artesanais de quem vamos falar neste fórum estão ainda bastante afectados pela acção dos terroristas e aos poucos procuram se reerguer, fruto da acção das Forças de Defesa e Segurança de Moçambique, que contam com o apoio das Forças da SADC e do Ruanda. Por isso, muito obrigado a todos por este gesto de solidariedade!

Indo directamente para o tema, é preciso termos em conta que hoje toda a acção de desenvolvimento, em Moçambique, deve assentar, entre outros instrumentos estruturantes, como nos pressupostos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, um processo que vise promover um desenvolvimento humano sustentável, integrando igualmente a proteção ambiental e a gestão sustentável de recursos.

E quando falamos de pesca, ela tem de ser uma pesca sustentável, que tenha em conta os recursos, mas igualmente as pessoas, as parcerias, o planeta, etc.

Os dados apontam que os desembarques de origem artesanal são responsáveis por cerca de 90% do total da produção pesqueira nacional. Destes, cerca de 60% destas capturas são de origem marítima e realizam-se ao longo dos 2.700 Km de costa do país.

Isto significa que este sector possui uma elevada importância social, uma vez que é o principal gerador de alimentação e de emprego para as comunidades costeiras, que representam mais de dois terços da população do país. E no conjunto dos pescadores, encontramos igualmente uma significativa participação feminina.

Significa que o peixe representa cerca de 50% do consumo de proteínas em Moçambique. Há aqui desafios: primeiro, pode estar a haver uma sobre-exploração de quase todos os bancos de pesca, incluindo em Cabo Delgado, o que pode gerar um declínio da produção e ao acréscimo dos custos operacionais.

Por outro lado, a pesca pode correr ainda outros riscos, devido aos impactos das alterações climáticas sobre as espécies e o ambiente marinho.

Há questões de reflexão aqui, que podem passar por:

1. Como conciliar a questão da pesca sustentável que pretendemos com as práticas não sustentáveis e nocivas nos domínios dos métodos de pesca, dimensões do pescado, espécies capturadas, períodos de defeso, etc. de modo a evitar colocarmos em risco habitats costeiros e marinhos vitais?
2. Até que ponto essas deficientes técnicas de captura de pescado, as artes de pesca destrutivas e a outras atividades de exploração (como a recolha de madeira dos mangais, de algas e de ervas marinhas), o desenvolvimento urbano, a indústria, o turismo e à extração de petróleo e gás, podem igualmente afectar a pesca sustentável das comunidades?
3. Como fortalecer e desenvolver as políticas públicas que tenham em conta esses desafios, ao mesmo tempo que olhamos para as especificidades locais ou regiões que a diversidade geográfica de Moçambique nos oferece?
4. Como assegurar uma monitoria da actividade de pesca, tendo em conta a questão da insuficiência da capacidade institucional em dar resposta?
5. Até que ponto a nossa legislação responde aos desafios que temos e que visam assegurar pesca sustentável para as nossas comunidades pesqueiras num contexto como o de Cabo Delgado?

\*\*\*\*\*

Queremos agradecer as contribuições aqui feitas. Ficou aqui registado que: .....